



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE - CPMI - INSS

Senhor Presidente,

Requeiro, com base no art. 58, §3º da Constituição Federal, no art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, no art. 2º da Lei nº 1.579 de 18 de março de 1952, no art. 3º, §§1º e 2º da Lei Complementar nº 105 de 10 de janeiro 2001, no Tema de Repercussão Geral nº 990 (RE 1.055.941/SP) e no art. 198, §1º, I e II da Lei nº 5.172 de 25 de outubro de 1966, que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa NPS IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA, CNPJ nº 22.369.654/0001-20, referentes ao período de 1º de janeiro de 2023 a 27 de novembro de 2025.

Sendo assim, requer-se transferência de sigilo:

a) bancário, de todas as contas de depósitos, contas de poupança, contas de investimento e outros bens, direitos e valores mantidos em Instituições Financeiras.

b) fiscal, por meio do seguinte dossiê integrado com amparo, no que couber, nas seguintes bases de dados: Extrato PJ ou PF (extrato da declaração de imposto de renda de pessoa física ou pessoa jurídica); Cadastro de Pessoa Física; Cadastro de Pessoa Jurídica; Ação Fiscal (informações sobre todos os processos instaurados contra a pessoa investigada); Compras e vendas de DIPJ de Terceiros; Rendimentos Recebidos de PF (todos os valores recebidos a título de rendimento de pessoa física); Rendimentos Recebidos de PJ (todos os valores recebidos



a título de rendimento de pessoa jurídica); DIPJ (Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica); DIRPF (Declaração de Imposto de Renda das Pessoas Físicas); DECRED (Declaração de Operações com Cartões de Crédito); DMED (Declaração de Serviços Médicos e de Saúde); DIMOF (Declaração de Informações sobre Movimentação Financeira); DCPMF (Declaração de Não Incidência da CPMF); DIMOB (Declaração de Informações sobre Atividades Imobiliárias); DOI (Declaração sobre Operações Imobiliárias); DIRF (Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte); DITR (Declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural); DERC (Declaração de Rendimentos Pagos a Consultores por Organismos Internacionais); DCTF (Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais); CADIN (Cadastro Informativo de Débitos não Quitados); DACON (Demonstrativo de Apuração de Contribuições Sociais); DAI (Declaração Anual de Isento); DASN (Declaração Anual do Simples Nacional); DBF (Declaração de Benefícios Fiscais); PAES (Parcelamento Especial); PER/DCOMP (Pedido Eletrônico de Restituição ou Ressarcimento e da Declaração de Compensação); SIAFI (Serviço Federal de Processamento de Dados); SINAL (Sistema de Informações da Arrecadação Federal); SIPADE (Sistema de Parcelamento de Débito); COLETA (Sistema Integrado de Coleta Sinco).

JUSTIFICAÇÃO

O presente requerimento tem por finalidade a quebra dos sigilos bancário, fiscal e de RIF da empresa NPS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, CNPJ 22.369.654/0001-20, diante de indícios consistentes de que a sociedade empresária foi beneficiária de aproximadamente R\$ 106 mil provenientes da Arpar Participação e Empreendimentos, empresa identificada pela Polícia Federal como um dos principais instrumentos de lavagem de dinheiro utilizados no esquema de descontos ilegais aplicados sobre benefícios previdenciários de aposentados e pensionistas do INSS.

As investigações revelam que a Arpar movimentou cerca de R\$ 98 milhões entre setembro de 2023 e fevereiro de 2024, dos quais R\$ 49 milhões foram



enviados diretamente pelo operador financeiro Antônio Carlos Camilo Antunes, o “Careca do INSS”. Segundo a Polícia Federal, a Arpar funciona como uma empresa de passagem, empregada para pulverizar rapidamente valores ilícitos e distribuí-los entre múltiplas pessoas jurídicas, com o objetivo de dificultar o rastreamento da origem criminosa dos recursos.

Embora o valor recebido pela NPS Importação e Exportação Ltda seja inferior ao repassado a outras empresas, a análise de sua movimentação com a Arpar é necessária, pois as transações ocorreram justamente no ápice das fraudes. A ausência de justificativa econômica plausível e o nexos temporal reforçam a hipótese de que a empresa tenha sido utilizada como elo de dissimulação patrimonial, para fragmentar valores desviados e apoiar o circuito de lavagem de capitais, expediente recorrente em estruturas que buscam evitar detecção e dispersar recursos entre múltiplos destinatários.

Diante desse conjunto de elementos, revela-se imprescindível o aprofundamento das investigações sobre as atividades econômicas, fiscais e financeiras da NPS Importação e Exportação Ltda. Requer-se, portanto, a autorização para a quebra dos sigilos bancário, fiscal e de RIF da empresa NPS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA (22.369.654/0001-20), abrangendo o período de 01/01/2023 a 27/11/2025, a fim de permitir o rastreamento completo dos fluxos de recursos, identificar beneficiários ocultos e apurar a extensão de sua eventual participação na cadeia de lavagem de capitais associada ao esquema criminoso sob investigação.

Sala da Comissão, 25 de novembro de 2025.

Deputado Alfredo Gaspar
(UNIÃO - AL)
Relator

